
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARANGUÁ

ESTUDO COMPLEMENTAR DA ATIVIDADE PESQUEIRA DA ÁREA DE INFLUÊNCIA DIRETA DA FIXAÇÃO DA BARRA DO RIO ARARANGUÁ



Fevereiro, 2014

SUMÁRIO

1. EQUIPE TÉCNICA	1-4
2. INTRODUÇÃO.....	2-5
2.1. Núcleos Pesqueiros no Município de Araranguá.....	2-5
2.2. Estimativa do Número de Pescadores.....	2-12
2.3. Áreas e Petrechos de Pesca	2-13
2.4. Produção Pesqueira e Comercialização	2-17
3. RESULTADOS E DISCUSSÃO	3-18

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Localização das comunidades pesqueiras de Araranguá/SC.	2-7
Figura 2. Embarcações desativadas, junto à Comunidade de Ilhas, com alto poder de pesca, pelo simples fato de ser impossível o acesso ao mar.....	2-8
Figura 3. Local de atracação de embarcações no rio Morto, em frente a Ilhas.	2-9
Figura 4. Embarcações atracadas no rio Araranguá, próximo à localidade de Hercílio Luz.....	2-9
Figura 5. Balsas pesqueiras do Rio dos Anjos. Fonte: Jornal Correio do Sul...	2-11
Figura 6. A: Pesca amadora praticada na localidade de Rio dos Anjos. B: Carros estacionados nas adjacências.....	2-11
Figura 7. Áreas de pesca permitidas/proibidas no rio Araranguá e adjacências. ...	2-16

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Embarcações averiguadas nos levantamentos de campo.	2-9
--	-----

1. EQUIPE TÉCNICA

Nome	Cargo/Função	Área de Atuação	CTF/IBAMA	Registro Profissional
Fernando Luiz Diehl, MSc.	Coordenação Geral, Oceanógrafo	Revisão Geral, Geologia Costeira e Processos Litorâneos	198583	AOCEANO 104
Emilio Marcelo Dolichney, BSc.	Analista Ambiental, Oceanógrafo	Avaliação de Impactos Ambientais	204312	AOCEANO 1446
Morgana Francini Ferreira, BSc.	Engenheira Ambiental	Avaliação de Impactos Ambientais, Diagnóstico Ambiental, Estruturação do Estudo	1509618	CREA-SC 079799-7
Vinicius Dalla Rosa Coelho, BSc.	Analista Ambiental, Engenheiro Ambiental	Caracterização do Empreendimento, Estruturação do Estudo	610896	CREA-SC 078574-9
Lia Lutz Kroeff, MSc.	Geógrafa	Diagnóstico Ambiental – Meio Socioeconômico Diagnóstico Ambiental – Pesca Artesanal	3511969	CREA-RS 220634622-2
Renata Falck Storch Böhm, MSc.	Bióloga	Diagnóstico Socioambiental Participativo Diagnóstico Ambiental – Pesca Artesanal	5458045	CRBio 81862/03-D

2. INTRODUÇÃO

A fim de complementar o diagnóstico socioeconômico da atividade pesqueira realizado no Estudo de Impacto Ambiental – EIA da Fixação da Barra do Rio Araranguá, foram realizadas novos levantamentos de campo no período de 6 a 11 de fevereiro de 2014. Nessa ocasião foram entrevistados 12 pescadores das comunidades com maior propensão a serem impactadas pela fixação da barra do rio Araranguá, sendo: seis da comunidade de Ilhas, um de Morro Agudo, três de Hercílio Luz e dois de Barra Velha.

O critério de escolha dos pescadores foi entrevistar quem tem na pesca seu principal ganho financeiro, logo, ainda praticam a atividade (não sendo aposentados), e, tampouco, tendo nela uma prática amadora.

A intenção das entrevistas foi complementar o diagnóstico da atividade pesqueira realizado no Estudo de Impacto Ambiental, atendendo as complementações solicitadas pelo no Parecer Nº 107/2012 – COPAH/CGTMO/DILIC/IBAMA.

2.1. Núcleos Pesqueiros no Município de Araranguá

Núcleos pesqueiros são definidos como localidades que apresentam alguma concentração de embarcações pesqueiras de pequeno porte fundeadas nas proximidades de praias e/ou pela presença de galpões (ranchos) utilizados para guarda de equipamentos e embarcações de pesca. Este conceito é derivado de Lago e Gouveia (1968), que definiram comunidades pesqueiras como sendo aglomerados litorâneos de galpões e residências, de estabelecimentos comerciais e de transformação e conserva de pescado, onde parcela dominante dos recursos humanos participava da atividade pesqueira.

De acordo com o levantamento realizado junto aos pescadores locais e do boletim estatístico do IBAMA/CEPSUL (Informe da Pesca Extrativa Marinha em Santa Catarina em 1998; IBAMA/CEPSUL; 2000.), existem cinco importantes núcleos pesqueiros, no Município de Araranguá, a saber: Barra Velha, Hercílio Luz, Ilhas, Morro Agudo e Rio dos Anjos, conforme ilustra a Figura 1.

Dessas, são consideradas comunidades diretamente afetadas pelo empreendimento os núcleos de Ilhas, Hercílio Luz e Morro Agudo, tendo em vista a relação direta das mesmas com a abertura da barra. Isso, pois, uma vez que estão situadas no rio Araranguá, terão o acesso ao mar facilitado, o que hoje é dificultado, ou quase impossível, devido ao acentuado assoreamento da barra, tornando a navegação extremamente perigosa. Ressalta-se que pelo fato da comunidade da Barra Velha estar mais próxima ao mar e, portanto, não realizar o acesso pelo rio e tampouco pescar no rio, não foi considerada comunidade diretamente afetada. Apesar de não ter sido citada como um dos principais núcleos pesqueiros de Araranguá, esse também é o caso de Morro dos Conventos.

Ainda assim, por haver relatos dos próprios pescadores de que a comunidade de Barra Velha poderia ser impactada pelo empreendimento, em decorrência da possibilidade de maior incidência de enchentes, optou-se pela ida até a localidade e realizar a entrevista com dois pescadores. De qualquer forma, constatou-se que essa localidade é fundamentalmente um balneário de veraneio, havendo somente cerca de cinco famílias que ainda possuem relações com a pesca.

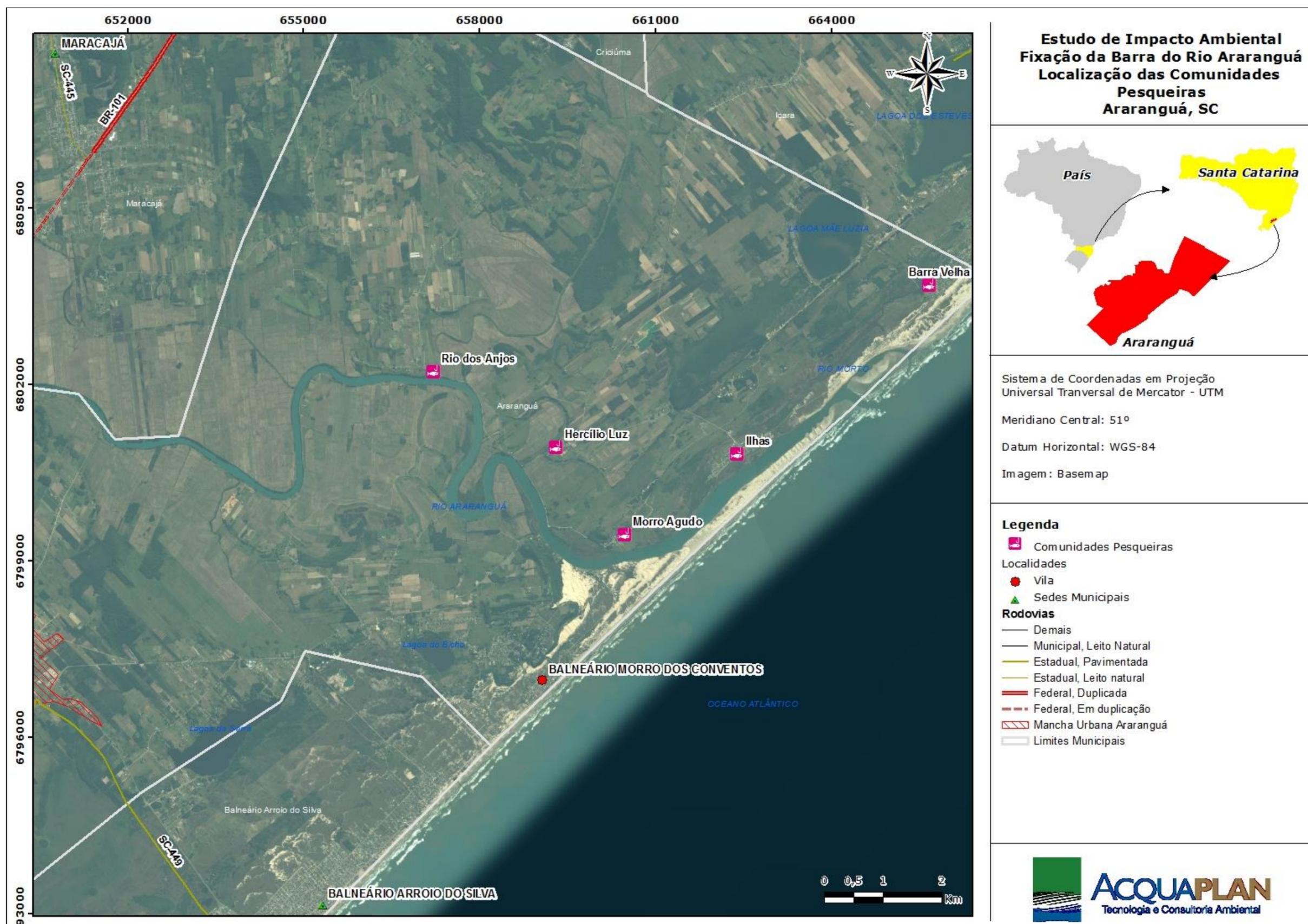


Figura 1. Localização das comunidades pesqueiras de Araranguá/SC.

A partir dos levantamentos de campo, percebeu-se que a pesca artesanal em Araranguá está sofrendo uma evasão da atividade, em virtude das dificuldades de acesso ao mar aberto. Isso é decorrente do regime de chuvas local e pela dinâmica costeira na desembocadura do rio, uma vez que a barra sofre constantemente com processos de assoreamento, impedindo a navegação que possibilitaria o acesso ao mar. Em momentos de forte influxo de água doce, ela pode aumentar sua profundidade, porém, rapidamente assoreia, fechando assim a ligação do estuário com o mar, o que torna inviável na região a prática de um pesca marinha ou costeira, ao contrário das comunidades próximas dos municípios de Passo de Torres e Laguna. Desta forma, a pesca desenvolvida na zona costeira de Araranguá quase não ocorre, o que leva à subutilização das embarcações pesqueiras maiores e, até mesmo, a sua desativação, como pode ser observado na Figura 2.



Figura 2. Embarcações desativadas, junto à Comunidade de Ilhas, com alto poder de pesca, pelo simples fato de ser impossível o acesso ao mar.

Como consequência, constatou-se a existência de somente três embarcações com poder de pesca, nas comunidades pesqueiras da AID, mas todas desativadas, caracterizadas pelo motor de centro com potência maior que 45 HP, todas situadas em Ilhas. Além delas, foram constatadas outras três com poder de pesca menor, por terem motor de popa, com menor potência: 4 HP, conforme consta na Tabela 1. Além dessas, ainda existem diversas outras embarcações à remo, os denominados caícos, que não foram contabilizados.

Tabela 1. Embarcações averiguadas nos levantamentos de campo.

Tipo de Embarcação	Comprimento (m)	Tipo Motor/Potência (HP)	Comunidade
Barco com casario	10	Centro. 170 HP	Ilhas
Baleeira	10,7	Centro, 60 HP	Ilhas
Baleeira	9,8	Centro, 45 HP	Ilhas
Bateira	6	Popa, 4 HP	Ilhas
Bateira	6	Popa, 4 HP	Ilhas
Canoa (fibra)	6	Popa, 4 HP	Hercílio Luz

As embarcações de Ilhas ficam atracadas no rio Morto, canal em frente à comunidade (Figura 3). Já as outras ficam atracadas nas margens do rio Araranguá (Figura 4).



Figura 3. Local de atracação de embarcações no rio Morto, em frente a Ilhas.



Figura 4. Embarcações atracadas no rio Araranguá, próximo à localidade de Hercílio Luz.

É importante observar que a prática da atividade pesqueira somente do rio Araranguá não é rentável o suficiente para sustentar os pescadores durante o ano inteiro; diante dessas dificuldades, são poucos aqueles que permanecem tendo nela seu principal ganho financeiro. Pela forte ligação cultural com a atividade pesqueira, ela permanece sendo praticada por grande parte dos moradores, porém, com caráter recreativo e algumas vezes como complemento alimentar. Além disso, justamente pela questão cultural, alguns moradores permanecem com atividades associadas, a exemplo de restaurantes, cuja especialidade é o peixe, e principalmente desenvolvendo e consertando redes. Também vale ressaltar que muitos pescadores tradicionais estão aposentados pela pesca, alguns ainda exercem a atividade, porém, estão em vias de pararem pela idade avançada.

Dentre as localidades classificadas como pesqueiras pelo IBAMA/CEPSUL, percebeu-se que em Rio dos Anjos a pesca é exclusivamente amadora, motivo pelo qual não foi realizada nenhuma entrevista nessa comunidade. Essa é uma localidade onde haviam sido instaladas inúmeras balsas pesqueiras, conforme Figura 5, referentes a trapiches com cobertura, onde se situavam os pescadores amadores de caniço, muitos deles associados à Associação de Pescadores Profissionais e Amadores de Caniço do Rio Araranguá - APPA. Em decorrência dos danos causados à área de preservação permanente (APP) do entorno do rio, além da apropriação do espaço público por particulares, em 2007, as balsas foram retiradas pela Polícia Ambiental. Entretanto, no ano seguinte, foram instaladas novamente. Em 2012, o Ministério Público Federal ordenou a retirada delas, o que foi feito.

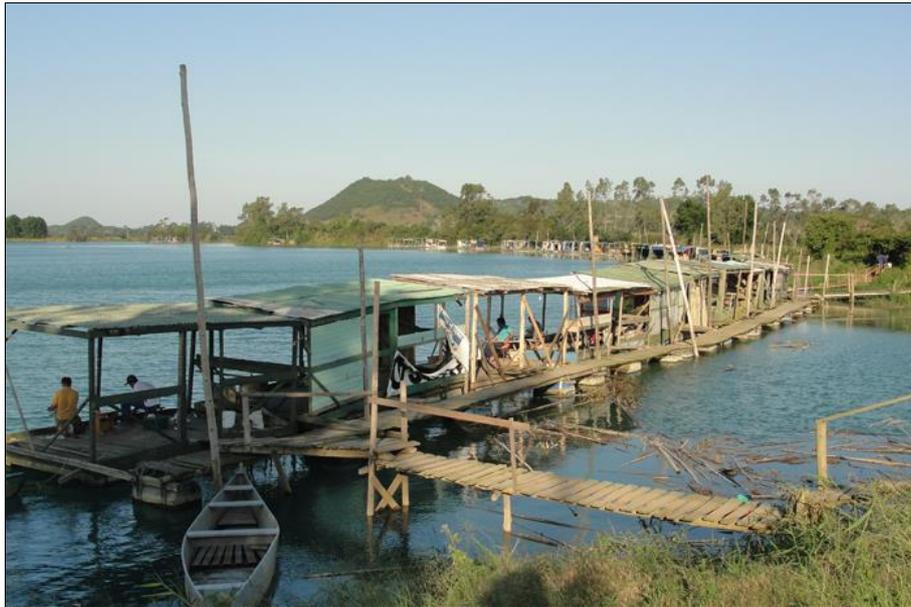


Figura 5. Balsas pesqueiras do Rio dos Anjos. Fonte: Jornal Correio do Sul¹.

Atualmente, a pesca é realizada às margens do rio Araranguá com embarcações pesqueiras (Figura 6 A). É frequentada há mais de 15 anos por pessoas de toda a região, a exemplo de Morro da Fumaça, Forquilha, Maracajá, Criciúma, Turvo, Nova Veneza e Siderópolis, os quais costumam lotar a estrada de acesso ao ponto com os carros (Figura 6 B).

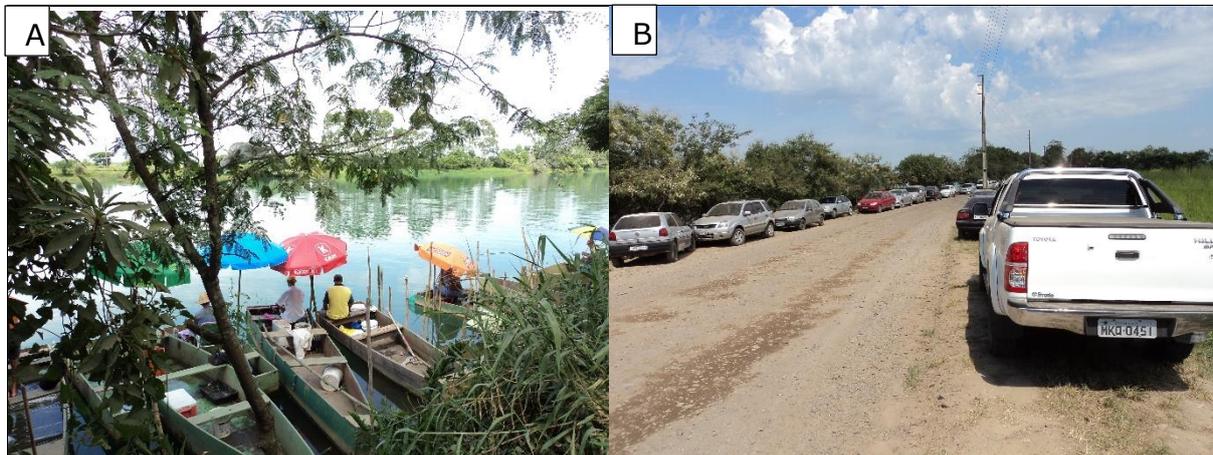


Figura 6. A: Pesca amadora praticada na localidade de Rio dos Anjos. B: Carros estacionados nas adjacências.

1

Disponível

em:

<http://www.grupocorreiodosul.com.br/jornal/noticias/principal/pescadores-n-opensamempararnorioararangu-/>, acesso em 19/02/2014.

2.2. Estimativa do Número de Pescadores

De acordo com informações da Colônia de Pescadores de Araranguá (Z-16) existem cerca de 400 pescadores associados à colônia. Nas localidades do entorno do empreendimento distribuem-se da seguinte forma:

- ✓ Ilhas: 110 associados;
- ✓ Morro Agudo: 28 associados;
- ✓ Barra Velha: 40 associados;
- ✓ Hercílio Luz: 30 associados;
- ✓ Rio dos Anjos: 10 associados;
- ✓ Morro dos Conventos: 35 associados.

O restante dos associados se localizam na área urbana de Araranguá, e nos municípios de Içara, Maracajá, Jaguaruna, Forquilha, Criciúma e Siderópolis. A Colônia Z-16 possui associados de diversos municípios do entorno por ser uma das mais antigas do estado, tendo sido fundada em 1922.

Com base no número de associados por localidade, poder-se-ia afirmar que a única que ainda tem um caráter de comunidade pesqueira é a de Ilhas. Uma vez que, de acordo com os dados do censo de 2010 do IBGE residem nessa localidades 266 pessoas; logo, os 110 associados na Colônia de Pescadores representariam 41% da comunidade. Ainda assim, constatou-se que o número de pescadores que tem nessa atividade sua principal fonte de renda é reduzido. Como consequência, cada vez mais ela assume um característica de balneário de veraneio. Os dados do censo do IBGE de 2010 corroboram essa informação, já que foram registrados 386 domicílios particulares permanentes em Ilhas, porém, somente 97 (25%) são permanentemente ocupados. Os domicílios de uso ocasional, relacionados ao veraneio, somam 276 (72%); há ainda 13 (3%) deles vagos.

O número de pescadores registrados no Registro Geral da Pesca (RGP), vinculado ao Ministério da Pesca (MPA), é divergente do número gerado pela Colônia de Pescadores. O RGP é um instrumento do poder executivo que permite legalizar os respectivos usuários para o exercício da atividade pesqueira, com o credenciamento das pessoas físicas ou jurídicas e também das embarcações para exercerem essas atividades. Com ele o pescador ou pescadora profissional artesanal tem acesso aos programas sociais do Governo Federal, como microcrédito, assistência social e o seguro desemprego, que é pago nos meses do Defeso (período em que é proibida a pesca para proteger a reprodução de peixes, lagostas e camarões). Em Araranguá, estão **cadastrados no RGP 107 pescadores profissionais**.

Nos levantamentos de campo, buscou-se averiguar quantos pescadores realmente tem na pesca sua principal fonte de renda. Esse é um dado "penoso de ser levantado ou afirmado, em decorrência de haverem muitos pescadores que possuem outras fontes de renda principais, mas, ainda assim, usufruem do seguro defeso.

Com base nos levantamentos realizados nas comunidades pesqueiras da Área de Influência Direta (AID) do empreendimento, constatou-se a existência entre 10 e 15 famílias com ganho majoritários da atividade pesqueira em Ilhas, de cinco famílias em Morro Agudo, seis em Hercílio Luz e três em Barra Velha. Em decorrência desse número reduzido, as doze entrevistas realizadas tiveram uma representatividade amostral entre 41% e 50% da AID.

2.3. Áreas e Petrechos de Pesca

Em regiões estuarinas a pesca artesanal normalmente se divide em duas modalidades, a pesca na área interna do estuário e a pesca na zona costeira adjacente a desembocadura do rio, porém, para a região de Araranguá, esse fato não é observado. Em virtude do assoreamento da barra do rio Araranguá, os pescadores locais não conseguem navegar pelo canal, o que "confina" a frota local dentro do estuário. O período que a barra se mantém aberta por mais dias

é o verão; no inverno, o volume de água costuma ser menor, o que impede a saída ao mar durante quase toda a estação.

Diante disso, as comunidades pesqueiras da Área de Influência Direta (AID) pescam, fundamentalmente, no rio Araranguá. Para tanto, é necessário primeiramente frisar as restrições legais à pesca nesse espaço.

A Portaria SUDEPE nº 681, de 28 de dezembro de 1967, dispõe:

Art. 2º É proibido colocar artes de pesca fixas ou flutuantes nas zonas de confluência de rios, lagoas e corredeiras.

Parágrafo Único: Define-se como zona de confluência de rios, lagoas e corredeiras, para efeito desta Portaria, a extensão de 1000 metros do acidente geográfico anterior à sua junção com o mar, rio ou lagoa.

Portaria SUDEPE Nº 466, de 8 de novembro de 1972, dispõe:

Art. 2º- No exercício da pesca interior, fica proibido o uso dos seguintes aparelhos:

a) redes de arrasto e de lance, quaisquer;

b) redes de espera com malhas inferiores a 70mm, ângulos opostos, medidas esticadas e cujo comprimento ultrapasse a 1/3 (um terço) do ambientes aquáticas colocadas a menos de 200m das zonas de confluência de rios, lagoas e corredeiras a uma distância inferior a 100 metros uma da outra;

c) rede eletrônica ou quaisquer aparelhos que, através de impulsos elétricos, possa impedir a livre movimentação dos peixes, possibilitando sua captura;

d) tarrafas de qualquer tipo com malhas inferiores a 50mm, medidas esticadas entre ângulos opostos;

e) covas com malhas inferiores a 50mm colocados a distância inferior a 200metros, das cachoeiras, corredeiras, confluência de rios e lagoas;

f) fisga e garatéia, pelo processo de lambada; e

g) espinhel, cujo comprimento ultrapasse a 1/3 (um terço) da largura do ambiente aquático e que seja provido de anzóis que possibilitem a captura de espécies imaturas.

A Portaria IBAMA Nº 44, de 20 de março de 2001, na necessidade de ordenar a atividade de pesca na foz e à montante do rio Araranguá, resolve:

Art. 1º Proibir a pesca com tarrafas na faixa de 500m (quinhentos metros) a montante, medidos a partir da foz do rio Araranguá e na praia a uma distância de menos de 200m (duzentos metros) ao norte e ao sul da boca da barra.

Art. 2º Proibir a pesca com redes de emalhar fixa ou à deriva na praia, a uma distância de menos de 1000m (mil metros) ao norte e ao sul da boca da barra.

Art. 3º Permitir a pesca com tarrafas nas margens do rio Araranguá, a partir dos 500m (quinhentos metros) citado no Art. 1º até uma distância de 2000m (dois mil metros).

Art. 4º Fica permitida a utilização de redes de emalhar fixa ou à deriva no rio Araranguá a partir de 2.500 (dois mil e quinhentos metros) de sua foz.

A Figura 7 ilustra as áreas aproximadas de restrição e permissão de pesca com base na legislação citada. De acordo com as entrevistas realizadas, dentre os petrechos mais empregados na pesca artesanal na região, a Tarrafa é o mais utilizado. Os principais peixes capturados com essa rede são a tainha, papa-terra, robalo, anchova e bagre.

Outro petrecho largamente utilizado pelos pescadores é a rede de espera fixa, em que, conforme foi citado anteriormente, só é permitida a prática em um terço do rio. A área ilustrada em verde escuro da Figura 7 representa não somente aquela permitida para pesca com rede de espera, mas também, onde ela é praticada, nas proximidades das localidades de Ilhas e Morro Agudo. Com essa rede, os pescadores adotaram o sistema de revezamento. Foram fixados nas margens do rio 23 marcos, distanciados entre si em 100 m, conforme exige a legislação; 14 marcos são destinados aos pescadores de Ilhas, sete do lado esquerdo do rio e outros sete do lado direito, e os nove restantes para os pescadores de Morro Agudo. Nesse sistema, cada pescador deixa fixada sua rede durante um dia, retirando no dia seguinte e avançando uma posição mais à jusante do rio, ou seja, mais próxima à boca da barra, onde a disponibilidade de peixes é maior.

Há uma reclamação generalizada por parte dos pescadores de pesca em áreas proibidas do rio, com ênfase à boca da barra, principalmente por pescadores de fora. A pesca indiscriminada na barra impede a entrada dos peixes no estuário e prejudica a pesca artesanal. Também houve constantes contestações a respeito da utilização dos marcos de rede fixa por pescadores que não tem na pesca seu principal sustento, tirando a oportunidade de maiores ganhos por aqueles que tem. Justamente em decorrência da pesca predatória, o que acarreta sobrepesca, e da falta de fiscalização, todos os entrevistados alegaram que a atividade piorou de cerca de 10 anos ao presente.

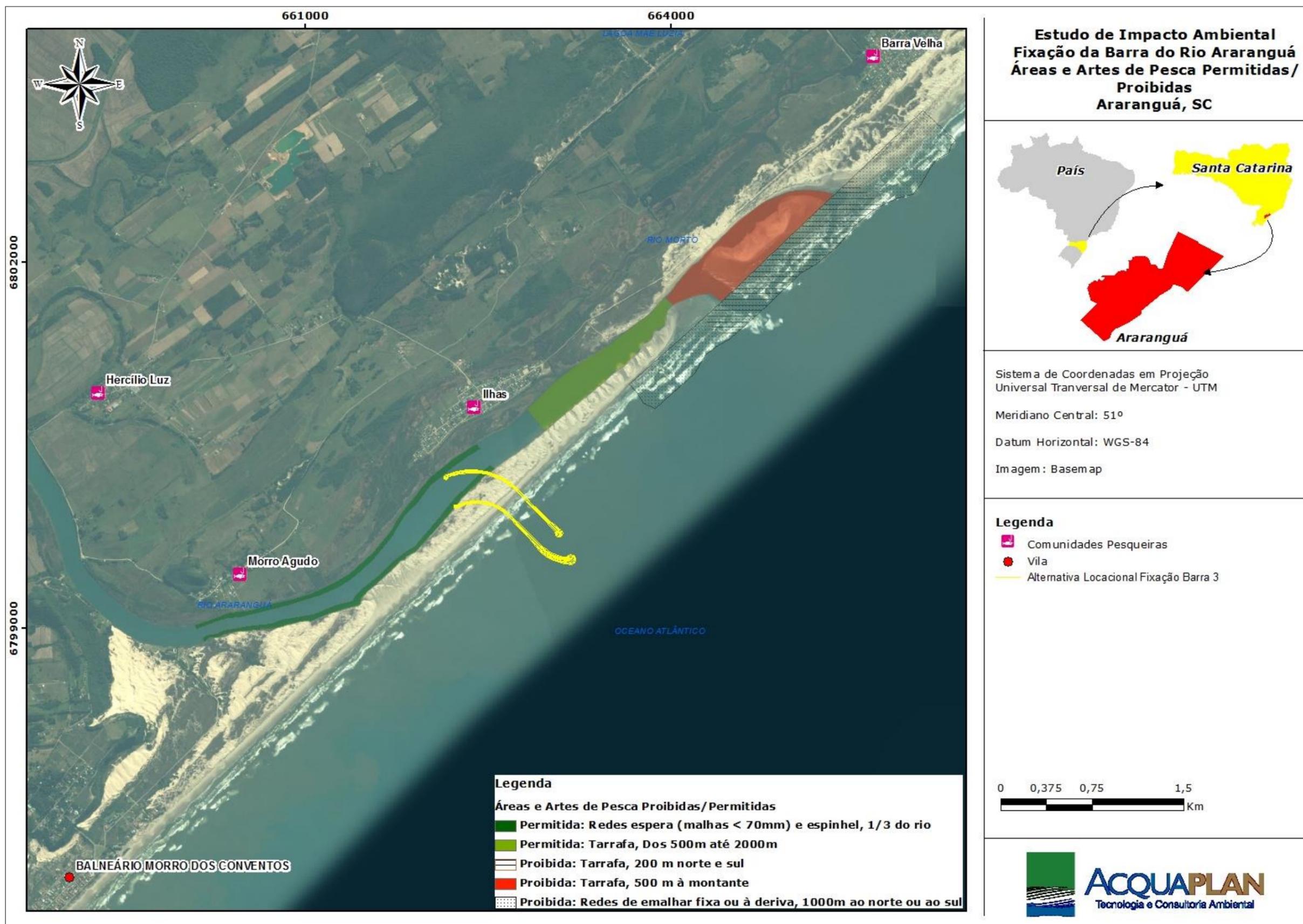


Figura 7. Áreas de pesca permitidas/proibidas no rio Araranguá e adjacências.

2.4. Produção Pesqueira e Comercialização

Os pescadores entrevistados alegaram que o período mais rentável de pesca é na época da tainha. Nesses meses, um bom dia de pesca lhes rende entre 40 e 60 kg; mas ao normal pegam entre 10 e 30 kg de peixe.

Todos os pescadores entrevistados alegaram possuir freezer para armazenamento do pescado. A comercialização mais comum é a venda direta em casa ou para peixarias, com ênfase ao Pescados Lagomar, que se localiza em Balneário Arroio do Silva, a qual compra a maior parte das capturas na região. Alguns produtores possuem compradores fixos, como proprietários de restaurantes, que garantem a comercialização do pescado produzido. Outros preferem realizar um beneficiamento básico do pescado (evisceração e escamação) e conservá-lo em freezers domésticos para vender para turistas e habitantes da região.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Embora, tradicionalmente, a região da foz do rio Araranguá seja, historicamente, uma área de grande piscosidade, todos os entrevistados demonstraram descontentamento com relação ao assoreamento da barra atual e a falta de fiscalização da pesca na barra do rio. O fato de não existir uma barra fixa na região da desembocadura do rio Araranguá é, na opinião dos pescadores, o principal problema com relação à disponibilidade dos recursos pesqueiros. A implantação da barra contribuiria com o aumento da visibilidade e, conseqüentemente, facilitaria a atuação dos órgãos de fiscalização. Da mesma forma, o acesso ao mar poderia estimular a prática de uma pesca marinha, mais desenvolvida e rentável.

Como exemplo da dificuldade enfrentada em adentrar ao mar pela falta de uma barra fixa, foi relatado durante essa pesquisa o caso dos pescadores que construíram ou adquiriram embarcações de maior porte através de financiamento do PRONAF e que não conseguem otimizar suas pescarias por falta de acesso ao mar.

Conforme está melhor detalhado no relatório do Diagnóstico Socioeconômico Participativo (DSAP) desenvolvido, a fixação da barra, na concepção dos pescadores, iria atrair mais investimentos, pois alguns armadores do Município de Torres/RS já demonstraram interesse em investir na construção de portos pesqueiros caso essa fixação se concretize. Destaca-se aqui que a região do litoral de Araranguá, assim como todo o litoral sul catarinense é piscoso e tem sido palco de atuação de uma pesca artesanal, assim como industrial, bem desenvolvida.

Os pescadores também acrescentaram que os jovens locais que atualmente trabalham em outras localidades e exercem atividades como pintores, serventes de pedreiro entre outras, retornariam para seus locais de origem para atuar na atividade pesqueira.